

# MUSEU PEDAGÓGICO DE LAMEGO

## *Pedagogical Museum of Lamego*

Alberto de Jesus ALMEIDA  
*Director do Museu Pedagógico de Lamego (Portugal)*  
Correio-e: [albertoalmeida21@hotmail.com](mailto:albertoalmeida21@hotmail.com)

Recepción: 20 de septiembre de 2015  
Envío a informantes: 2 de octubre de 2015  
Aceptación definitiva: 3 de marzo de 2016

**RESUMO:** O Museu Pedagógico de Lamego aberto ao público em maio de 2014 pretende ser um espaço dedicado ao estudo de memória escolar, porque estudando o passado permite-nos conhecer as diversas realidades educativas que formataram os sistemas educativos. O trabalho de recolha, inventariação e exposição das coleções encontradas noutras escolas e doadas por particulares têm a particularidade de constituir a cultura escolar. Neste artigo, pretende-se refletir sobre as particularidades da museologia da educação e o seu impacto nas comunidades de vizinhança e no desenvolvimento local. A sua composição, organização e divulgação representam a matriz da história da educação local e regional.

**PALAVRAS CHAVE:** Museus; história da educação; cultura material escolar; património educativo.

**ABSTRACT:** The Pedagogical Museum of Lamego opened to the public in May 2014 and aims to be a space dedicated to the study of the school memory, because studying the past allows to know the different educational realities that have shaped the educational systems, over the times. The work of collecting, cataloging and exhibiting the collections found in other schools and donated by individuals have the particularity of being of the school culture. In this article, we intend to reflect on the particularities of the museology of education and its impact over neighbor communities and local development. Its composition, organization and dissemination represent the matrix of the history of education local and regional.

**KEY WORDS:** Museums; history of education; material culture of school; educational heritage.

### **1. As autarquias e os museus**

Os arquivos e os museus autárquicos são a representação material, simbólica e sociocomunitária dessas memórias e desses projetos. A sua composição, organização e informação

são a base e a matriz da história da educação local e regional e são fator constituinte e reinterpretativo da história nacional (Magalhães, 2011: 1).

**C**ONSIDERANDO OS MUSEUS LUGARES PECULIARES, diferentes e quiméricos, em suma lugares repletos de riquezas de antepassados, de recordações dos nossos avós e de memórias da nossa infância, eles, no fundo, são lugares que nos levam a descobrir, a imaginar e a construir constelações de histórias, narrativas e vivências sobre o nosso passado. Nesse sentido, faz tempo que muitas das cidades apostaram na valorização e divulgação do seu património, investindo e criando museus, pois, possuíam a documentação, os testemunhos, os registos, o património artístico e arquitetónico, a história, os hábitos e os costumes... e, pressentiam a necessidade da sua preservação e consequente divulgação, encarado este facto como se de um investimento igual a tantos outros se tratasse.

Hoje, os Museus são centros de aprendizagem informal e de educação permanente, devendo desenvolver atividades educativas para todos os tipos de públicos, tais como: visitas orientadas, oficinas sazonais, programas para as escolas, estágios, colaboração com as escolas, folhetos informativos, materiais de divulgação e maletas pedagógicas...

Os públicos escolares devem ser encarados com uma preocupação particular no âmbito destes projetos. A sua formação deve fomentar o estabelecimento de raízes com as instituições e os processos de aprendizagem, com a sua história e identidade. É uma perspetiva de continuidade que fornece referências às inovações da atualidade. Os alunos também devem ser envolvidos em atividades e projetos sobre as temáticas do património educativo e da cultura escolar. Considerando estes espaços com capacidade para educar de forma lúdica, estamos a desenvolver nos alunos a imaginação e a criatividade e, ao mesmo tempo, a assimilação de informação que passa da história, à educação cívica, à estética e à cultura geral.

Esta simbiose entre os programas escolares e a herança cultural de uma região ou de um país abre-lhes perspetivas, aguça-lhes o apetite, dota-os de um conjunto de valores, conceitos, saberes e práticas e permite-lhes a chamada de atenção para a prática cidadã. No seguimento do que acabamos de afirmar, Fernandez (1999: 223), entende que existem uma série de condições para que o museu tenha uma função pedagógica. «1 – Respeito absoluto pelo modo e pela forma cultural de qualquer comunidade; 2 – Sensibilização prévia do público a quem é dirigida a experiência do museu; 3 – Possibilitar que seja o público – mais que os técnicos e os especialistas quem decide a forma como o museu pode estar presente na comunidade».

Para corresponder a estas expectativas e corroborar estas condições, o museu deve planificar e organizar as atividades por forma a que os alunos participantes sejam objeto de aprendizagens resultantes das interpelações dos objetos e coleções existentes nos museus e nos programas escolares.

## 2. Museus: origens e particularidades

Na antiguidade clássica a palavra *museion* significava templo dedicado às musas. Estas eram as deusas da inspiração e da aprendizagem e protetoras das artes em Atenas (Barbosa, 2006: 13).

Temos notícia do primeiro museu organizado em Alexandria, no sec. III a. C., e era também biblioteca, academia, centro de investigação, etc.

O museu de Alexandria constituía uma comunidade de sábios subsidiados pelo mecenato real, isto é, (dispensados dos trabalhos de subsistência para se consagrarem ao estudo). Uma boa parte dos eruditos e dos sábios que fizeram de Alexandria o principal centro do período helenístico, eram matemáticos, astrónomos, geógrafos, filósofos ou poetas e tinham laços com esta instituição (Barbosa, 2006: 13).

No renascimento, novo impulso será dado à museologia e, Itália será o centro de grandes coleções privadas e museus que iam desde amostras botânicas e zoológicas, a objetos históricos, restos de esqueletos, moedas, esculturas, pinturas, entre muitas outras coisas. Por toda a Europa florescerão grandes coleções feitas por reis, nobres, igrejas e também por comerciantes abastados. «Situados, geralmente, em palácios e grandes residências privadas, apenas acessíveis a um público selecionado, de elite. As coleções de ciência e de história natural estavam ao alcance dos estudantes e dos investigadores, mas não ao público em geral» (Barbosa, 2006: 16).

No século XVII, mais propriamente em 1683 aparece-nos o 1.º museu universitário, o museu de Oxford, afirmando-se que se trata do museu mais antigo e construído para este fim. Em 1719 é inaugurado o museu de S. Petersburgo, não continuando já como um lugar privado, mas como lugar público. Pedro o Grande, Czar da Rússia, entendia que os espaços agora destinados para a guarda de coleções não deveriam ser só para satisfazer a curiosidade, mas servir de meio para aperfeiçoar as artes e as ciências. Luís XVI arranhou o Louvre e «Com a Revolução Francesa, o museu público tornou-se uma instituição necessária» (Barbosa, 2006: 17).

Después de la Revolución Francesa, Napoleón amplió el Palais du Peuple para permitir que todos los ciudadanos tuvieran acceso tanto a los tesoros nacionales, antes reservados a la aristocracia, como a los botines de las conquistas militares (Nochlim – 1971 apud Goodman, 2000: 11, in Barbosa, 2006: 17).

No século XVIII e século XIX, foi desfeito o dilema que persistia sobre se os museus deveriam estar abertos só para investigadores ou eruditos ou, se, pelo contrário, deveriam estar à mercê do público para fomentar a aprendizagem.

No séc. XIX, os valores artísticos começaram a ganhar força, o museu começou a adquirir, pouco a pouco, uma nova função, a de consagrar os artistas vivos (Barbosa, 2006: 19).

No século XX, após a II Guerra Mundial é criado o Conselho Internacional dos Museus em 1946, dependente da Unesco.

No entanto, foi o ato ou prática de colecionar que esteve na base do surgimento de alguns núcleos museológicos portugueses. Estes primeiro núcleos, que podemos enquadrar por finais do século XVIII, eram espaços privados – gabinetes ou galerias – acessíveis a uma pequena elite, constituída por eruditos, cientistas e viajantes (Barbosa, 2006: 22).

Em Portugal o colecionismo é anterior ao século XVIII, até aos primeiros museus, seguindo este o mesmo caminho da Europa.

No percurso histórico-cultural que conduziu as coleções, gabinetes e tesouros, como os anteriormente referidos, aos museus, que abordaremos já a seguir, nunca será de mais lembrar o papel representado pelo Marquês de Pombal (Ramos, 1993: 22).

Temos notícia de que o Real Museu da Ajuda, constituído por um Museu de História Natural, um Jardim Botânico e um Gabinete de Física, criado em 1772 pelo Marquês de Pombal para o Príncipe D. José, terá sido segundo alguns investigadores o primeiro museu português. Nesse mesmo ano serão criados os Museus Universitários de Coimbra, destinados a estudantes, junto à Faculdade de Filosofia, com três espaços museológicos: o museu de história natural, o jardim botânico e um gabinete de física experimental.

Num espaço ainda privado, no género das coleções dos grandes senhores do Renascimento, Pombal reunia sob o mesmo teto, a agradável, o útil e a instrução capazes de formar um monarca digno do século das luzes em que nascera (Ramos, 1993: 23).

Pelo aviso de 25 de janeiro de 1777, Marquês de Pombal, assina e estabelece a criação na Casa da Moeda de Lisboa de uma coleção de moedas e medalhas que de acordo com o Aviso dever-se-ia guardar uma moeda de cada cunho e uma medalha de todas as qualidades de metais.

O grande legado do liberalismo para o movimento museal – mais do que importantes museus, pela qualidade ou número – foi, sem dúvida, a afirmação da ideia de museu público (Ramos, 1993: 35).

O registo do primeiro museu propriamente dito, é o do Museu Portuense (de pinturas e estampas), aberto ao público em 1840, situado no Convento de S.to António da Cidade (1834). O decreto da sua criação é assinado por Passos Manuel e Dona Maria II (12 de setembro de 1836), mas a abertura ao público só virá a ser uma realidade em 1840, em virtude da lentidão das suas obras. Seguir-se-iam o projeto de criação do Museu Naval, a criação do Panteão Nacional, o Museu de Artilharia (1842)... que «podem ser considerados como as principais instituições públicas da museologia portuguesa oitocentista» (Barbosa, 2006: 23).

O ano de 1905 ficará célebre porque nele será inaugurado o último museu da monarquia, graças à iniciativa da Rainha Dona Amélia: O Museu dos Coches Reais. Este museu ficou instalado no Picadeiro Real do Paço de Belém e possuía berlindas, carruagens, seges, liteiras... além de selas, arreios, instrumentos musicais da Charamela Real, fardamentos, etc.

A instauração da república em 1910, trouxe uma nova esperança às classes elites culturais, nomeadamente no que concerne ao investimento que era necessário fazer pela educação e pela cultura do país (Barbosa, 2006: 23).

Com a implantação da República, em Portugal, surgirá o reforço da proteção do nosso património e a sua divulgação pelo povo. Desta obra destacaremos os Museus Regionais «vistos como a solução ideal para a disseminação das obras de arte, com o que só teria a lucrar a educação regional do povo e a riqueza pública geral e local, além de serem, ainda, um inegável atrativo para o touriste nacional e estrangeiro» (Ramos, 1993: 46).

Neste campo assinalaria, a criação pelo Decreto 3074 de 5 de abril de 1917, do Museu Regional de Lamego, dedicado à arte, à arqueologia e à numismática.

## 2.1. *Nascimento e proliferação de museus pedagógicos*

O museu, instituição da grande herança cultural, oferece-nos uma realidade histórica através de documentos do nosso passado que representam testemunhos únicos da maneira de ser e de pensar à qual nós como educadores não podemos descurar. Deste modo, faz todo o sentido que haja uma relação estreita entre a escola e o museu (Barbosa, 2006: 28).

A exposição Universal de Londres em 1851, terá sido o ponto de partida para a difusão dos museus pela Europa, afirmando-se como pontos de encontro e discussão das ciências da educação, psicologia e pedagogia... O museu de Londres teria sido criado em 1854, a partir dessa exposição, no entanto, Cossio, lembra-nos que, para ele, o primeiro museu pedagógico foi em Stuttgart!... A maior parte destes museus entretanto criados, fruto das exposições internacionais, resultam da iniciativa dos governos e dos expositores que, doavam no final, parte destes objetos, criando-se a partir daí instituições museológicas na Europa e na América, «[...] se habían montado para dar gusto a los afanes nacionalistas, para estimular el comercio y también para adelantar procedimientos, métodos, maquinarias u objetos vários» (Berrio, 2003: 59).

De acordo com Buisson *Dictionnaire de Pedagogia-1911* citado por Margarida Felgueiras, este já distinguia museus escolares, de museus pedagógicas. Os *Museus Escolares* eram um conjunto de materiais didáticos para o ensino das ciências da natureza e compreensão das indústrias e trabalho a ele associados (Felgueiras, 2008: 82). No que aos Museus escolares diz respeito, há relatos de que o primeiro museu teve lugar em Florença, inspirado nas conceções pedagógicas de Pestalozzi e tendo tido como organizador Demidoff.

Os Museus Pedagógicos seriam constituídos por uma biblioteca, coleções de materiais de ensino e de mobiliário escolar (Felgueiras, 2008: 86). Há notícia da criação do Museu Pedagógico do Rio de Janeiro e de Madrid (1883), o Museu de Friburgo em 1884 e o de Paris em 1879, o de Bruxelas e Palermo em 1880. Como já afirmamos, em 1882, a Alemanha já possuía 11 museus pedagógicos.

Não podíamos deixar de fazer uma referência em Espanha a alguns espaços museológicos, alguns já visitados por nós e que merecem especial destaque: Museu Pedagógico de Galicia; Museu Pedagógico de Aragón; Museu Pedagógico La Última Escuela, en Otones de Benjumea; Museu Pedagógico de la Facultad de Ciencias de la Educación (Sevilha); Museu Pedagógico da Universidad de Huelva; Museu Pedagógico de la Facultad de Educación de la Universidad de la Laguna en Tenerife; el Museu Pedagógico de la Universidad de Salamanca (MPUSAL), com sede na Escola Universitária do Magistério de Zamora e vinculada ao Departamento de Teoria e História da Educação da Universidade de Salamanca. E, muitos, muitos, outros!...

O novo conceito de museu assenta no museu interativo e interveniente, onde a aprendizagem se processa de forma dialogante e duradoura, é um museu que integra ao debate e a mudança de forma construtiva e participada (Barbosa, 2006: 34).

Poderíamos seguir a nossa investigação para França, Alemanha e muitos outros países incluindo a América, mas por economia de tempo e espaço deixá-lo-emos para futuras trabalhos sobre este tema.

### 2.1.1. O museu da Escola Primária do Porto

O campo de investigação deste Projeto, que tem como objetivo reconstituir as memórias da escola primária, está restrito ao património educacional das escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico, disperso pela região Norte do país (Felgueiras, 2003: 293).

Não poderíamos encerrar este capítulo sem nos referirmos ao Museu da Escola Primária do Porto, o museu que era e, que a partir de certa altura, deixou de o ser. O projeto para a constituição deste museu, data de 1997 e, teve na Professora Margarida Felgueiras da Universidade do Porto, a sua principal impulsionadora, juntamente com uma equipa multidisciplinar de investigadores, tendo como coordenador científico o Professor Rogério Fernandes da Universidade de Lisboa.

Desde a sua génese, o Projeto «Para um Museu Vivo da Escola Primária» pretende no dizer da sua autora, a criação de um museu, fundado num trabalho interdisciplinar e integrador, inserido na comunidade e aberto ao mundo (Felgueiras, 2003: 294).

Esta equipa começou por definir a filosofia que deveria presidir a este museu, passando posteriormente à inventariação de todo o património escolar do concelho do Porto e, de seguida, propôs-se colaborar na elaboração e discussão do projeto de reabilitação do edifício escolar.

A preocupação é trazer à vida as peças, recriando ou propiciando experiências de contextos passados. O termo vivo aparece como palavra-chave na promoção dos museus. [...] A esta conceção de museu como espaço de encontros, que prolonga o seu conteúdo como uma voz no nosso tempo, designamos museu vivo (Felgueiras, 2000: 69).

O futuro museu deveria ficar instalado no edifício do primeiro jardim de infância do Porto, construído no século XX, classificado como de interesse municipal e cujo protocolo foi assinado entre a Câmara Municipal do Porto e a Universidade do Porto. De acordo com este protocolo ficaria reservado à autarquia a cedência do espaço e o apoio logístico ao desenvolvimento do projeto.

No plano institucional procuramos congregar a Universidade com a Autarquia, a cultura, a educação e a ciência e esperamos poder vir a contar com o apoio de operadores privados (Felgueiras, 2000: 70).

Este projeto foi objeto de financiamento público e nele trabalharam desde 1997 a 2001, esta equipa reputadíssima de investigadores portugueses.

O projeto em desenvolvimento desde 1997, obteve financiamento para quatro anos da Fundação Ciência e Tecnologia/Programa Práxis, que envolve participação do Fundo Social Europeu, do Governo e da Autarquia (Felgueiras, 2003: 294).

A ideia final deste museu era criar um espaço investigativo, aberto ao público em geral, mas vocacionado para a infância, a juventude e a terceira idade, em interação permanente com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. O museu possuiria painéis, documentação manuscrita e impressa, fotografias de edifícios, mapas, mobiliário, etc., por forma a que pudessem contar histórias que nos transmitissem a evolução do ensino em Portugal.

A autora pretende fazer notar o desafio que no futuro próximo enfrentaremos: o ter de fornecer informações bastante detalhadas sobre os objetos que hoje ainda nos são familiares e apresentar visões da história invisível da educação, para que a compreensão possa ser mais profunda (Felgueiras, 2000: 73).

Em 2001, houve eleições autárquicas no nosso País e, o executivo da câmara municipal do Porto saído destas eleições, mudou de sensibilidade e de prioridades. Margarida Louro Felgueiras, na Página da Educação, afirma a dado passo: «Os responsáveis pelo pelouro da educação e cultura do novo executivo declinaram então o interesse no projeto, afirmando o primeiro que não via qualquer interesse na criação do museu, não estava nas suas prioridades, nem a longo prazo, enquanto o segundo afirmava não dispor de verbas para a sua concretização».

Além da Câmara Municipal do Porto, parceira deste projeto, relembro que a Direção Regional de Educação do Norte se constituiu também parceira deste projeto desde o primeiro momento.

Além da parceria que se estabeleceu no início queremos realçar a importância de outros apoios, nomeadamente o da Direção Regional de Educação do Norte e o da Reitoria da Universidade do Porto. Com o apoio da Direção Regional do Norte foi possível, ao longo de todo o processo e na atualidade, manter uma a três docentes destacadas, a trabalhar em permanência no Projeto (Felgueiras, 2003: 294).

E mais... Aquando das eleições autárquicas em outubro de 2001, era já Diretor da Direção Regional de Educação um dos seus ex-Diretores adjuntos e, em 2005, assumiria na própria Câmara Municipal do Porto o pelouro da Educação. Curiosidades, somente!...

O edifício outrora destinado ao Museu Vivo da Escola Primária é agora sede da junta de freguesia da Foz e todo o espólio vive fechado numa das Escolas Básicas 1 do Porto, sita na Praça da Alegria da mesma cidade. Finalizaria esta matéria dizendo que em Portugal enquanto os projectos estiverem à disposição da discricionariedade partidária e da cegueira do servilismo, o País rolará, não sobre os carris da alta velocidade a caminho de uma Europa moderna e desenvolvida, mas infelizmente sobre o saudoso e pio chiar dos carros de bois, fechado sobre si mesmo e conduzido pelos mesmos de sempre!...

## 2.1.2. Adolfo Coelho e o 1.º Museu Pedagógico em Portugal

Historicamente, as primeiras referências relativas à constituição de museus pedagógicos, em Portugal, aparecem no último quartel do século XIX (Mogarro, 2012/13: 74).



A constituição de museus pedagógicos em Portugal surge nos finais do século XIX, assumindo uma importância significativa a ação de Francisco Adolfo Coelho, com a ideia de criação do Museu Pedagógico Municipal de Lisboa (1883).

Para Adolfo Coelho, o museu pedagógico constituiria um suporte fundamental do ensino ativo, inscrevendo-se a sua criação no processo de renovação educativa que ele defendia e em que, naqueles anos, estava ativamente empenhado (Mogarro, 2012/13: 74).

Adolfo Coelho nasceu em Coimbra em 15 de janeiro de 1847, o seu pai João Gaspar Coelho, construtor civil morre empobrecido, quando este tinha apenas dezanove meses, fruto da sua envolvimento nas lutas liberais. A sua mãe Francisca do Carmo Coelho, ficou viúva e com três filhos menores «Eduardo, Adriano e Adolfo» (Eduardo, que viria a ser fundador do *Diário de Notícias* e Adriano, emigrante e também ele fundador de jornais no Brasil), ficando Dona Francisca com poucos recursos para educar o seu filho mais novo, o Adolfo.

Foram provavelmente motivos de carácter económico que levaram Adolfo Coelho a cuidar por suas próprias forças da sua preparação cultural pessoal numa autonomia de espírito que se reafirmaria, pouco depois, em relação ao ensino superior (Fernandes, 1973: 18).

Frequentou o liceu em Coimbra, tendo-se matriculado com 15 anos em Matemática na Universidade. Insatisfeito com o ambiente que aí encontrou, dois anos depois abandona os estudos universitários. Impôs então a si próprio um programa de estudos centrado em autores alemães, para os quais teve de aprender aprendendo a língua alemã. Este autodidata, profundo conhecedor dos sistemas educativos europeus, foi construindo a sua perspectiva crítica sobre o sistema educativo português, arquitetando várias propostas de reforma do ensino.

Os propósitos que o animaram eram os de uma profunda reforma da mentalidade portuguesa, no sentido da instauração de um pensar cientificamente objetivo, que, mediante a consideração correta dos problemas do povo, encaminhasse o país para o ressurgimento (Fernandes, 1973: 13).

Membro destacado da chamada Geração de 70, Francisco Adolfo Coelho, autor de *A Língua Portuguesa*, obra de 1868, onde procedeu ao estudo comparativo das línguas românicas, foi também filólogo, pedagogo, etnógrafo, historiador, crítico literário e introdutor dos estudos de Filologia Comparada em Portugal, cadeira que lecionou no Curso Superior de Letras desde 1878. Combateu a submissão do ensino às ideias religiosas. Colabora nas revistas, *O pantheon* (1880-1881), *Froebel* (1882-1885) e *Serões* (1901-1911) e nos periódicos *O Cenáculo* e *O Positivismo*.

O Museu Pedagógico de Lisboa foi inaugurado em 1883, estruturado e dirigido por ele, tendo também selecionado os aparelhos, livros e em suma todo o recheio do museu.

O Plano que Adolfo Coelho traçou para este Museu Pedagógico ilustrava bem as conceções pedagógicas e as orientações para uma renovação que o seu autor defendia (Mogarro, 2012/13: 74).



Este novo Museu foi organizado segundo um plano e objetivos que se orientavam pelos princípios pedagógicos de renovação do ensino que Adolfo Coelho preconizava, integrando-se no movimento internacional que defendia metodologias ativas.

A Alemanha possuía já em 1882, onze museus que ou eram do tipo de exposição de coleções de materiais de ensino; exposições sobre a história da escola e da prática de ensino; ou museus escolares, constituídos basicamente por exposições sobre ciências naturais (Felgueiras, 2008: 72).

Ainda na 1.<sup>a</sup> República, o Museu Pedagógico de Lisboa foi transferido para a Escola Primária de Lisboa (1917/18). A inovação educativa pedra basilar que esteve na origem da criação destes museus, ir-se-á perder a partir dos anos trinta em Portugal com o Estado Novo.

Em 1933, O Estado Novo criou a Biblioteca e Museu do Ensino Primário. Esta nova instituição era tutelada pelo Estado, integrando-se nos serviços pedagógicos do ensino primário do Ministério da educação Nacional (Decreto n.º 22 369, de 30.03.1933) (Mogarro, 2012/13: 76).

Com o Estado Novo reforçar-se-á o papel interventor do Estado, aumentando a dimensão técnico-didática da profissão docente e crescendo exponencialmente a dependência da escola pública ao Estado e à mãe Pátria. A renovação do ensino e da educação, matriz dos museus escolares do século passado deixou de existir para emergir uma nova função «reforçava-se a função instrumental destas instituições para o sistema educativo e para a formação de professores» (Mogarro, 2012/13: 74). Neste sentido, o Museu Pedagógico de Lisboa viria a sofrer altos e baixos resultantes, por um lado, fruto da instabilidade ao longo dos anos entre o cariz centralizador ou descentralizador do Estado e, por outro lado, dos diversos regimes instalados no País.

### 3. O Museu Pedagógico de Lamego

A museologia da educação, uma área que compreende o estudo, salvaguarda e difusão de bens patrimoniais de interesse histórico-educativo, tem vindo a conhecer um crescente interesse por parte dos investigadores. Divulgada internacionalmente, só em tempos mais recentes tem merecido a atenção dos investigadores ibéricos (Costa, 2006: 153).



As instituições escolares geram importantes coleções de documentos e registos educacionais, documentos esses que têm sido pouco utilizados como fonte histórica. É preciso que os professores encarem a salvaguarda do património escolar, tanto em termos materiais como documentais, como uma herança a preservar. Visitar o passado pode ser uma boa forma de inventar o futuro. A educação alimenta-se da tradição,

sendo esta o suporte essencial que lhe dá sentido, fornecendo a base necessária para a construção e reconstrução do conhecimento.

Com base nestes pressupostos, no dia 21 de maio de 2008, apresentámos à Câmara Municipal de Lamego na sua reunião pública, uma proposta de criação de um Museu Pedagógico em Lamego com base nos seguintes argumentos: 1.º, estar a chegar ao fim mais um ano letivo; 2.º, a existência de documentos que se podem perder; 3.º a construção de centros escolares; 4.º, a presença professores disponíveis para o projeto (*Prof. Alberto de Jesus Almeida – Coordenador do Complexo Desportivo de Lamego e Vereador da Câmara Municipal de Lamego*); *Prof. Henrique de Moura Marques – Juiz social*; *Prof. João Mendonça – Presidente de Junta e Membro do Conselho Municipal de Educação*; *Prof. João Pedro – Membro do Conselho Municipal de Educação*; *Prof. Paulo Oliveira – responsável pelo PNEP*, *Manuel Almeida – Presidente de Junta da Sé e Membro da Comissão de Proteção de Jovens e Crianças em Risco*); 5.º, a presença de espaços disponíveis e em 6.º a urgência do tempo.

Estávamos convencidos, e bem, de que ainda íamos muito a tempo, procurando aqui e recuperando acolá, começando a construir nessa fase um local com conteúdos fortes e abrangentes e acima de tudo um local que se pudesse transformar numa lição de história permanente. Partindo do pressuposto de que nunca é tarde para implementar um projeto desta natureza, tínhamos a certeza que ainda estávamos em tempo, mas a correr assustadoramente contra o tempo.

Numa 1.ª fase incidiríamos sobre o espólio das escolas encerradas, bastando para isso a mobilização de todos os autarcas e a escolha de um local para albergar esses materiais. Depois, seguir-se-ia a constituição de equipas de professores e autarcas afetos ao projeto. E, assim por diante, selecionando peças, inventariando documentos para depois podermos partilhar toda a informação com todas as gerações, aquelas que viveram e aquelas que podem a partir dos recursos bibliográficos, documentais e materiais, refletir sobre o sistema educativo e as suas alterações nas décadas que nos precederam.

A partir daí, o caminho fez-se caminhando, muitas vezes repleto de espinhos, entaves, incompreensões, uma vez que não era fácil explicar os objetivos a que nos propúnhamos. Mas como o sonho alimenta a alma, transformamos todos os espinhos em degraus que percorremos até ao dia em que pudéssemos abrir as portas do nosso museu ao público: o que aconteceu em 13 de maio de 2014.

Após a abertura ao público do Museu, disponibilizamos aos nossos visitantes um simples questionário, de preenchimento facultativo, que nos foi transmitindo sugestões para o seu melhor funcionamento. Do Plano de Atividades para o futuro destacamos: O reforço dos laços com a comunidade envolvente; a realização de conferências com reputados investigadores sobre a museologia da educação; exposições temáticas; estabelecimento de contactos regulares com outros museus pedagógicos; reforçar o contacto com os agrupamentos de escolas locais e regionais, tendo em vista uma maior divulgação deste espaço museológico; a confeção de produtos com a marca deste Museu... Bom, um sem número de iniciativas que pretendemos que suscitem a aprendizagem dos alunos que nos visitam, assim como oportunidades educativas a todo o público visitante em geral.

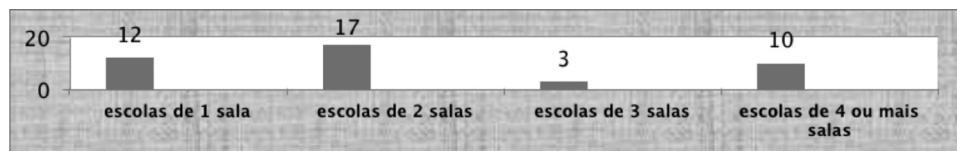
### 3.1. O Museu Pedagógico como polo de desenvolvimento local

Num país de economia muito atrasada, a realização de melhoramentos locais, de pouca monta que fossem, assumia grande importância para a fachada de uma política que se centralizava e endurecia (Beja, 1990: 169).

A rede escolar em Portugal era constituída por um elevado número de escolas de pequena dimensão, dispersas geograficamente e dotadas na sua grande maioria de uma sala de aula, funcionavam muitas delas em regime duplo, fruto de um planeamento centralizado e burocrático, míope em relação às alterações que se foram produzindo década a década.

Este planeamento da rede escolar, manter-se-á quase inalterado até aos anos 90 do século passado, caracterizado pela uniformização de soluções independentemente da demografia e dos contextos pedagógicos de cada região, verificando-se ao longo dos tempos a sua inadaptação, as condições de manutenção e a sua gestão.

GRÁFICO 1: Relação n.º de escolas no concelho de Lamego com n.º de salas de aula



A ruralização forçada do nosso país daria origem a uma emigração crescente e ao consequente despovoamento e desertificação do meio rural. Com Abril, dar-se-á início nos mesmos espaços edificados a outras práticas pedagógicas e a currículos diversificados... no entanto, a desertificação continuaria!... Assistiremos a um fenómeno interessante: cresciam as escolas e escasseavam os alunos. Começaram a aparecer as primeiras vozes alertando para a necessidade do encerramento das escolas primárias, alegando inúmeros fatores: falta de condições destes edifícios, reduzido número de alunos, privação de socialização destas crianças, escassez de condições para a prática desportiva, inexistência de outros espaços além da sala de aula, insucesso escolar, etc.

[...], em 1990, o número de escolas com dez ou menos alunos, tinha subido para 928, o que equivalia, então a 9,5% de todas as escolas, pondo em evidência a acréscimo destas escolas tanto em valor absoluto (cujo total continua ainda estável neste período) como relativo (Beja, 1990: 168).

Esta ideia «do encerramento» foi ganhando corpo, adeptos e terreno. A reorganização da rede escolar permitir-se-ia, no início do século XXI, por começar a suspender algumas escolas, podendo segundo a linguagem oficial ser reativadas caso novos alunos o justificassem. Esta reorganização atingiu o seu ponto alto de execução em 2005/2006, ano em que se determinou o encerramento das escolas com menos de dez alunos e se incentivou a construção de centros escolares integrados. Em 2010, a decisão de encerrar escolas primárias foi alargada a estabelecimentos com menos de vinte alunos, começando a ouvir-se falar de escolas de acolhimento ou hospedeiras, de centros escolares e de agrupamento de escolas. No mesmo sentido, muitas autarquias

aproveitando os fundos comunitários, foram paulatinamente construindo modernos edifícios escolares, encerrando todas as escolas periféricas, levando à decapitação final do nosso meio rural, uma vez que outros fenómenos idênticos tinham já acontecido, como o encerramento do posto de saúde, dos correios, etc.

O êxodo destas dezenas de crianças rumos aos centros escolares tornou-se no nosso país, uma prática diária e inquestionável, uma vez que as esperavam escolas mais apetrechadas, outras crianças, uma escola a tempo inteiro, etc. não questionando estas vantagens, que por si só são inegáveis, colocamos à discussão algumas desvantagens deles decorrentes. Será que o anterior isolamento não deu origem em muitos casos a um outro e novo isolamento fruto desta multiplicidade de origens? Será que o excesso de tempo na escola, a fazer muitas das vezes mais do mesmo, as conduziu a um sucesso desejado, rápido, programado ou, as guiaram para um grau de insatisfação que hipotecaram no futuro o seu prosseguimento nos estudos? Será que a integração destes ciclos de ensino anexados aos atuais agrupamentos de escolas que funcionam só como números, que vivem como realidades distantes e distintas onde a qualidade das interações com as outras crianças, com os adultos e com o meio não lhes trouxe novas vivências? Será que o simples encerramento destas escolas sem ter em consideração os contextos em que se inseriam e sem se calcularem as implicações nas aprendizagens e nos resultados, poderá resultar positivamente, percebendo-se que se tratou de um critério meramente matemático e administrativo? Será que o acréscimo de recursos nas escolas de acolhimento ou nos novos centros escolares em nome da «igualdade de oportunidades» se podem sobrepor por exemplo à anterior relação estreita entre professores, alunos, famílias e comunidade local? Será que esta reorganização a régua e esquadro, economicista no fundo, teve a ver com alguns estudos sobre a dimensão das escolas e os resultados escolares? Será que a avaliação não efetuada destas transformações fruto de um silêncio que se abateu sobre a retirada das crianças destas escolas, das suas aldeias e a sua integração em novas estruturas megalómanas, distantes e centralizadoras, foi indício de que tudo estaria bem? Estas e muitas outras interrogações colocam-se-nos porque os homens e as autarquias descobriram o éden na resolução de um problema não novo, mas antigo da desertificação, que, eles mesmo, no passado não muito distante pouco fizeram para o combater, mas para o acentuar.

O encerramento de escolas e a concentração de alunos noutras instalações escolares deve fazer-se apenas quando a mudança proporcionar melhores condições de aprendizagem, sucesso educativo e uma vivência saudável e plural dos alunos (Associação Nacional de Municípios, [potocanal.sapo.pt](http://potocanal.sapo.pt)).

Estes e outros fatores contribuíram para que as nossas zonas rurais ficassem desprovidas dos mais jovens e aumentasse a carga progressiva dos mais idosos. Segundo o Instituto Nacional de Estatística na última década do século xx houve um decréscimo de 35% na população jovem e um aumento exponencial de 114% de população idosa. As nossas aldeias deste Portugal profundo ficaram constituídas por uma população maioritariamente envelhecida, sem meios ou qualificações para se adaptarem a uma nova vida. Com este cenário, fácil é compreender-se o encerramento de serviços e em especial das escolas primárias, medida que afetou drasticamente as populações residentes e resistentes das nossas zonas aldeias.

Face a tudo isto, as pessoas, as associações e a autarquias destas zonas rurais fazendo a leitura da sua situação, cedo perceberam, que o aproveitamento de certos elementos geradores de riqueza poderiam contribuir para o bem estar das suas gentes. Foram começando a aparecer concursos de ideias para a ocupação destes novos espaços vazios — as escolas primárias, de entre elas destacamos os museus escolares. Ao longo dos tempos foram várias as hipóteses de utilização dos edifícios das escolas primárias dispersas pelos concelhos do interior do País: a) entregues a associações ou entidades locais; b) adquiridas por particulares; c) turismo rural; d) projectos de vária índole; e) destino indefinido... sendo esta última, a pior solução de todas porque como qualquer imóvel devoluto, a sua degradação face ao abandono é acelerado.

Desta forma, e porque entendemos as nossas escolas como espaços repletos de vivências e histórias de vidas locais, impõe-se que a sua preservação e utilização se obrigue para que mantenhamos bem vivas todas as vivências deste passado recente.

Às populações compete o papel de desenvolver ações que reforcem o tecido económico, social e cultural, local, nomeadamente através da reconstrução e valorização das memórias e identidades, o que explica o interesse e o desenvolvimento de processos museológicos a nível local (Amado, 2013: 248).

No concelho de Lamego, com a construção de três Centros Escolares de raiz, foram libertadas quase todas as escolas primárias dos seus inquilinos diretos — os alunos do ensino primário. A partir daí, foi-se construindo a ideia da transformação destes espaços, em espaços educativos, o que traria boas e novas perspectivas para estas zonas de abandono. Várias ao longo destes anos têm sido as solicitações e as autorizações para as mais variadas funções.

Avões é uma freguesia portuguesa do concelho de Lamego, com 4,87 km<sup>2</sup> de área e 619 habitantes (2011). Situada na encosta da Serra das Meadas, a freguesia de Avões é constituída por dois povoados: Avões de Lá e Avões de Cá, sendo rodeada pelas seguintes localidades: Ferreiros de Avões (3 km); Cambres (7 km); Penajóia (4 km) e S. Martinho de Mouros (8 km). É servida pela estrada municipal 539 (Lamego - Avões) e a estrada intermunicipal (Lamego - Resende) e dista 5 km da sede do concelho, a cidade de Lamego. O seu nome (Avões), terá advindo, segundo uma lenda, do facto de nestas paragens existirem grandes aves. O seu povoamento propriamente dito remonta ao início da nossa nacionalidade (D. Afonso Henriques), no entanto, só em 1875, por requerimento da população e com a persistência do Visconde de Arneiros junto da Câmara de Lamego, passou a ser autónoma. A população da freguesia tem vindo a decrescer, acompanhando a tendência das aldeias do interior. Atualmente, vivem em Avões 693 habitantes, numa área de 4,62 km<sup>2</sup>. De entre as suas principais atividades económicas, destacamos a agricultura e a construção civil.

A implantação do Museu Pedagógico numa das suas escolas, deveu-se à conjugação de diversos fatores: a) de uma das suas escolas ter sido encerrada; b) de não haver ainda nenhum indicador para a sua utilização; c) da falta de vontade para a concretização de outras hipóteses entretanto equacionadas; d) da prontidão com que a Junta de Freguesia abraçou este projecto; e) das suas acessibilidades; f) da facilidade de estacionamento; g) da possibilidade de ocupação de todo o edifício; h) da participação e a interação desta comunidade local nas ações das suas associações; i) da certeza de que desta comunhão de interesses poderia resultar no futuro em vantagens para

a comunidade; j) da convicção de que este espaço museológico fruto das múltiplas e diferentes sinergias não se poder confinar apenas à localidade, mas partir do local para o seu concelho e deste para o País.

Em contexto rural, os museus podem constituir elementos fundamentais na divulgação do respetivo património local [...] (Amado, 2013: 249).

Assentes nestes pressupostos, aprovado o projeto, foi necessário pôr pés ao caminho, o longe se fez perto e o sonho realidade! Criada a ideia, selecionando o espaço, recolhido algum material, visitadas algumas escolas, celebrados protocolos, procedeu-se à promoção do museu pedagógico nas redes sociais. Esta atitude implicou desde logo a promoção da região de implantação contribuindo para a divulgação do museu, e, também, para cativar outras valências existentes na localidade.

No entanto, é claro que o museu configura um elemento importantíssimo a considerar em políticas e estratégias de desenvolvimento, constituindo não só um valioso repositório de história e cultura, como também um agente dinâmico ao serviço da comunidade, na senda do progresso e desenvolvimento local (Amado, 2013: 249).

O intercâmbio com outros museus pedagógicos do país ou de outros países colocou esta freguesia de Avões num universo dum mapa antes impensável. A divulgação de atividades, a confeção de trabalhos, a venda on-line de produtos, entre outros, funcionou como cartão de visita do trabalho que se estava a começar a realizar. Desta forma o museu pedagógico poderia ser, no futuro, um dos motores económicos da aldeia, um dinamizador da economia local, um polo de atração de investimentos, um motivo de fixação de população e consequentemente um fator de crescimento económico da região.

O passo seguinte, seria partir à conquista do visitante-turista, do visitante integrado em grupo, e do visitante estudante ou do visitante investigador. Este projeto em construção permitirá dotar o próprio museu dos instrumentos necessários a esta tarefa, desde livros, manuscritos, computadores, o acesso à net, etc., para que o Museu Pedagógico vá construindo um banco de dados necessários ao estudo duma época específica da nossa história – o Estado Novo.

Os Museus, na amplitude de funções como a recolha, a salvaguarda, a valorização e a investigação de elementos de relevância cultural e natural, podem desempenhar um papel preponderante se integrados em estratégias que visem o desenvolvimento local (entendidos como um processo participativo de valorização de recursos, nas dimensões território, património e população) (Amado, 2013: 259).

O museu pedagógico, na sua intervenção na economia local, funciona ao mesmo tempo como consumidor e como vendedor de bens e serviços. No que diz respeito ao consumo, estamos a referir-nos à eletricidade, à água potável, aos materiais de apoio aos visitantes, aos cartazes de divulgação de atividades, aos desdobráveis anunciando festividades, etc. No capítulo das eventuais vendas de bens e serviços estão incluídos os ingressos, a loja, a cafetaria, etc. Esta dicotomia de compra e venda fruto da vida no dia a dia do Museu terá forçosamente repercussões na economia e na vida dos habitantes desta pequena freguesia do concelho de Lamego.

Uma coisa temos a certeza: qualquer museu e, neste caso, os museus pedagógicos, e este em particular, «o Museu Pedagógico de Lamego» é por si só um fator de

desenvolvimento, por duas razões distintas: pela sua ação sociocultural e pelas consequências positivas que implica na economia das pequenas localidades onde estão inseridos.

#### 4. Reflexões finais

O museu como instituição está a ser cada vez mais valorizado como um espaço privilegiado de aprendizagem informal. Ao assumir este papel, contribui na aprendizagem através do desenvolvimento de competências ao nível da interpretação e do pensamento crítico, cumprindo, assim desta forma, uma enriquecida missão educativa individual e coletiva, desta forma, o valor educativo foi redimensionado de forma a responder a um conceito muito alargado de formação cultural (Barbosa, 2006: 34).

O projeto que aqui trouxemos pretende numa primeira linha impulsionar o estudo do património educativo, entrecruzando os desafios do presente e as lições de um passado recente. A abertura ao público deste espaço deverá ir muito além de um simples museu histórico para poder ser um centro de difusão de materiais, métodos, vidas de escolas e comparação de sistemas educativos. É este risco assumido numa sociedade do conhecimento e da informação, analisar o passado, viver o presente com a perceção memória de construir o futuro.

A difusão destas realidades a todos sem exceção, potencia o diálogo inter gerações, a preservação de todo um património cultural e a educação e o seu estudo deverá permitir comparar práticas pedagógicas e rotinas quotidianas. Não temos dúvidas que a transformação de um espaço escolar em espaço educativo, fruto da construção de novos centros escolares, constituirá no futuro um fator de desenvolvimento local pelas novas realidades que abraçam todos os projetos que se instalam nas antigas escolas primárias.

Para terminar gostaria de trazer à colação um célebre pensamento de Georges Heuri Reviere, citado por Fustes, 2012/13:116:

El éxito de un museo no se mide con el número de visitantes que recibe, sino en el número de visitantes a los que enseña algo. Tampoco se mide por el número de objetos que exhibe, sino con el número de objetos que han podido ser percibidos por los visitantes (Fustes, 2012/13: 116).

#### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Alberto de Jesus (2004) O Papel dos Municípios na Educação em Portugal. *Revista Iberoamericana de Educación*, n.º 34/1. Madrid: Organización de Estudios Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura.
- ALMEIDA, Alberto de Jesus (2007) *Os Municípios, a Democracia e a Educação em Portugal, após a Abril de 1974 – Um Estudo de Caso no Agrupamento de Escolas Fernando Magno*. Tese de Doutoramento. Universidade de Salamanca. Texto Policopiado.
- ALMEIDA, Alberto de Jesus (2008) A Cidade e a Educação. *Revista Iberoamericana de Educación*, n.º 46/4. Madrid: Organización de Estudios Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura.



- ALMEIDA, Alberto de Jesus (2011) *A Escola Primária ao Serviço do Estado Novo em Portugal*, pp. 13-31, Cadernos de História da Educação, Uberlândia, Minas gerais, Brasil, Editora da Universidade Federal de Uberlândia.
- ALMEIDA, Alberto de Jesus (2011) Autonomia e Gestão das escolas públicas. O Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril. *Revista Iberoamericana de Educación*, n.º 55/3. Madrid: Organización de Estudios Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura.
- ALMEIDA, Alberto de Jesus (2016) *Os Instrumentos de Controlo do Estado Novo – Anos 30 – Século XX*. Lamego: Tipografia Minerva.
- AMADO, Marta et al. (2013) *Museus e desenvolvimento local – o exemplo do Museu do Pão*, Cadernos de Geografia, n.º 32, Coimbra, 249 ([www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos\\_Geografia/Numero.../Eixo\\_2\\_6](http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos_Geografia/Numero.../Eixo_2_6)).
- AMIGUINHO, Abílio José Maroto (2008) *A Escola e o Futuro do Mundo Rural*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARBOSA, Sandra Daniela Ferreira (2006) *Serviços Educativos Online nos Museus: Análise das Atividades*. Braga: Universidade do Minho.
- BEJA, Filomena et al. (1990) *Muitos Anos de Escolas, Edifícios para o Ensino Infantil e Primário*, vol. I. Lisboa: Ministério da Educação, Direção Geral de Administração Escolar.
- BEJA, Filomena et al. (1996) *Muitos Anos de Escolas, vol. II, Anos 40-Anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação – Departamento de Gestão de Recursos Educativos.
- CARVALHO, Paulo et al. (2012) *Museus e Desenvolvimento Rural. O caso do Museu do Pão (Seia/Serra da Estrela)*. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Coimbra. ([www.eumed.net/libros/gratis/.../museus-desenvolvimento-rural.html](http://www.eumed.net/libros/gratis/.../museus-desenvolvimento-rural.html)).
- COSTA, Ricardo Jorge (2006) Resgatar a memória do futuro da Escola. *A Página da Educação*, n.º 153, Ano 15, fevereiro.
- FELGEIRAS, Margarida Louro (2000) O Museu da Escola Primária do Porto – Orientações histórico naturais. *Educação em Revista*, n.º 31-junho, 61-76. Belo Horizonte.
- FELGEIRAS, Margarida Louro (2003) O Legado do Projeto «Para um Museu Vivo da escola Primária» para o futuro Museu da Escola Primária do Porto. Em *Atas I Foro Ibérico de Museísmo Pedagógico* (pp. 293-300). Santiago de Compostela: MUPEGA.
- FELGEIRAS, Margarida Louro (2008) *Herança Educativa e Museus – Reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica*, pp. 67-92. Porto, VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, ([www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/viewFile/16/59](http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/viewFile/16/59)).
- FERNANDES, Rogério (1973) *As ideias pedagógicas de F. Adolfo Coelho*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência – Centro de Investigação Pedagógica.
- FUSTES, Emilio Castro (2012-13) La Memoria de la Escuela como Recurso Educativo. El caso del Museo Pedagógico de Galicia-Mupega. *Cuestiones Pedagógicas*, 103-116, Universidade de Sevilha, Sevilha ([institucional.us.es/revistas/cuestiones/22/art\\_4.pdf](http://institucional.us.es/revistas/cuestiones/22/art_4.pdf)).
- MAGALHÃES, Justino (2011) *Os Arquivos e os Museus Autárquicos na Construção do Município Pedagógico*. Comunicação BAD – 10.º Encontro Nacional de arquivos Municipais, Leiria ([http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivos\\_municipais/article/view/6/50](http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivos_municipais/article/view/6/50)).
- MOGARRO, Maria João (2012-13) Património Educativo e Modelos de Cultura Escola na História da Educação em Portugal. *Cuestiones Pedagógicas*, n.º 22, 67-102. Sevilha: Universidade de Sevilha ([institucional.us.es/revistas/cuestiones/22/art\\_3.pdf](http://institucional.us.es/revistas/cuestiones/22/art_3.pdf)).
- RAMOS, Paulo Oliveira (1993) Breve História do Museu em Portugal. Em *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- RUIZ BERRIO, Julio (2003) *El museísmo pedagógico en el mundo: pasado, presente y perspectivas de futuro*, I Foro Iberico de Museísmo Pedagógico em Espanha e Portugal. Santiago de Compostela.